



100 Dias de Gestão

Das palavras à AÇÃO



Segundo milenar tradição oriental, entre as celebrações mais importantes na vida de um homem está a que consagra os 100 dias de seu nascimento.

Conforme acredita-se, é nos primeiros 100 dias de vida que a criança recebe os cuidados e as orientações que alicerçarão sua trajetória. Passado esse período, ela está pronta para se desenvolver em sua plenitude.

Dia 04 de novembro completamos 100 dias de gestão. Também é hora de comemorar!

O período inicial de uma nova administração exige, entre outros, a estruturação da equipe, a definição de prioridades e a elaboração de planejamento estratégico para a consecução dos fins a que se propôs.

Durante toda a minha campanha, muito mais que palavras, me foram pedidas ações. Neste aspecto, ressalto que tenho perseguido com afincos os anseios da classe, reconhecendo sempre a confiança que me foi depositada.

No âmbito orçamentário, inegáveis avanços já foram alcançados. Em período de reconhecida re-

cessão, conseguimos, após árdua negociação com o Poder Executivo, incrementar nosso custeio em aproximadamente 30%. Tal montante será responsável pela implantação adequada do Processo Judicial Eletrônico nas Comarcas em que instalado, mas mais que isso, viabilizará a abertura de 17 novas comarcas, em sua maioria, situadas no Norte de Minas, nos Vales do Jequitinhonha e Mucuri, regiões de grande exclusão social, vetor principal da EC80/2014.

Com esta expansão, a Defensoria Pública de Minas chegará a, aproximadamente, setecentos mil mineiros que hoje não têm acesso à Justiça. Tal fato, por si só, já seria razão suficiente para comemorar. Mas há mais!

Dia 29 de setembro de 2014, reuni-me com a Casa Civil a fim de discutir e requerer agilidade no encaminhamento do projeto de lei que estrutura nossa área meio, reconhecendo a indispensabilidade de sua breve aprovação para o crescimento e fortalecimento de nossa Instituição. Uma vez implementada, a medida melhorará, com justiça, a carreira dos nossos atuais colaboradores, além, é claro, da qualidade das condições de trabalho dos Defensores e, por consequência, a do serviço prestado ao assistido.

[continua na página 2]



100 Dias de Gestão [...]

[continuação da página 1]

Na mesma data, foi encaminhada ao Poder Executivo a alteração da LC65 a fim de adequá-la à EC80/2014. Por oportuno, esclareço que na nova proposta legislativa foi feita previsão de inclusão para os Defensores Públicos dos benefícios do auxílio-moradia, auxílio-educação e auxílio-saúde, entre outros, dando o primeiro passo para a sua obtenção.

Somada a estas ações, por meio da Resolução nº 134/2014, foi instituída uma Comissão de Estudos composta por membros da carreira, do Conselho Superior, da Adep e da Administração Superior no intuito de galgar fontes alternativas de receitas para a DPMG. Os trabalhos encontram-se em estágio avançado e estou convicta de que, em breve, serei a porta-voz de excelentes notícias.

É sabido que a partir do próximo ano o Governo de Minas estará sob nova condução. Nesse aspecto, esclareço que já estamos em contato com a equipe de transição a fim de dar continuidade célere à tramitação dos projetos de lei de nosso interesse que atualmente se encontram na Casa Civil.

Outra conquista de suma relevância foi a autorização, pelo Executivo estadual, da realização do VIII Concurso de Ingresso na Carreira de Defensor Público do Estado Minas Gerais. Com previsão de início para o segundo semestre de 2015, a medida dá cumprimento à proposta de realização periódica de concursos no âmbito da DPMG.

Ressalto, ainda, que realizamos com êxito a primeira fase do VII Concurso, cuja prova objetiva foi aplicada dia 19.10.2014. Informo, com satisfação, que trata-se do primeiro concurso para ingresso na carreira da DPMG com provas inteiramente realizadas por nossos membros. A avaliação preparada por nossos colegas já desponta no cenário nacional como referência em prova para Defensorias Públicas. Por justiça, também rendo elogios à Comissão de Concurso, que, de modo profissional e eficiente, vem conduzindo a realização do certame.

No que concerne ao compromisso de transparência dos dados relativos à minha gestão, este tem sido rigorosamente cumprido por meio dos boletins mensais, apostos no sistema Casa, e dos memorandos circulares, encaminhados individualmente para o e-mail funcional de cada um dos Defensores Públicos. O Boletim Informativo da Defensoria Públi-

“Ora, a fé é o firme fundamento das coisas que se esperam, é a prova das coisas que se não vêem.”

Hebreus, 11-1



ca-Geral está em sua 4ª edição. É disponibilizado até o dia 10 de cada mês, trazendo informações relevantes sobre a pauta que envolveu a Administração no mês anterior. Os memorandos circulares são enviados em caráter extraordinário sempre que surge a necessidade de informar à classe de forma completa, direta e rápida.

Como podem ver, em apenas 100 dias muito se caminhou. Para ser fiel à minha consciência, preciso dizer que os feitos realizados apenas se concretizaram em razão do valoroso apoio que recebo de minha equipe, abnegada e incansável. Também não posso deixar de agradecer à Corregedoria, à Adep, aos servidores e colegas defensores que, mediante diálogo, contribuem para a concretização de nossa proposta inicial de gestão participativa.

O que nos move diariamente é a busca por uma instituição ética, profissional e eficiente, capaz de satisfazer as expectativas de defensores, servidores e assistidos. Não se trata de projeto fácil, mas como afirmou Kennedy outrora: “É um desafio que estamos dispostos a aceitar, que não estamos dispostos a adiar e que pretendemos vencer”. O primeiro passo já foi dado.

Se considerarmos nossos singelos 100 dias, veremos que nossa gestão ainda é criança de tenra idade. Faço votos de que, assim como acontece com as crianças orientais, a comemoração deste período nos traga prosperidade e crescimento. Também, que os obstáculos que certamente surgirão sejam encarados como desafios a serem vencidos, motivando sempre, e cada vez mais, todos os atores de nossa Instituição.

Christiane Neves Procópio Malard
Defensora Pública-Geral





Comemorações dos 100 dias de gestão

Para marcar os primeiros 100 dias da gestão da Defensoria Pública-Geral, Dra. Christiane Neves Procópio Malard, foi realizado um encontro com os defensores públicos e servidores da Casa, reafirmando, assim, o compromisso de uma gestão participativa por todos e para todos.

Durante o encontro foi apresentada a palestra “Superação”, ministrada pelo estudante de

Direito, David César. Por ser portador da síndrome de Hanhart, que o faz possuir má formação dos membros, o palestrante relatou, com bom humor, os desafios que enfrenta para realizar tarefas simples, como comer sozinho, subir escadas e trabalhar.

Com visão otimista da vida, David demonstrou que ser feliz depende apenas de si mesmo.

Realizada a primeira etapa do concurso público para ingresso na carreira da Defensoria Pública do Estado de Minas Gerais

No dia 19 de outubro foi realizada, nas unidades acadêmicas da UFMG, a primeira etapa do concurso público para ingresso na carreira de defensor público em Minas Gerais. O processo seletivo, destinado ao preenchimento de 100 vagas, contou, nessa primeira fase, com a participação de 10.164 candidatos.

Os concorrentes responderam a prova objetiva com 80 questões de múltipla escolha, de caráter eliminatório e classificatório, sobre as seguintes áreas do Direito: Constitucional, Financeiro, Tributário, Administrativo, Penal, Processual Penal, Processual Civil, Princípios Institucionais da Defensoria Pública e Legislação Específica, Direitos Humanos e Legislação Especial.

Para a segunda fase, prevista para os próximos dias 6 e 7 de dezembro, serão convocados os 400 candidatos que obtiveram a maior nota.

As questões e o gabarito oficial da primeira etapa foram divulgados no Diário Oficial no dia 21 de outubro, e estão disponibilizados nos sites da Defensoria Pública e da Gestão de Concursos.



Comissão encarregada dos estudos sobre aplicação da arbitragem na DPMG inicia os trabalhos

No dia 10 de outubro, foi realizada a primeira reunião de trabalho da comissão designada por meio da Resolução nº 154/2014, para tratar de aspectos atinentes à Lei da Arbitragem, notadamente quanto à sua aplicação como meio de solução de conflitos no âmbito da Defensoria Pública do Estado de Minas Gerais.

Participaram da reunião os defensores públicos e membros da comissão Marco Paulo Denucci Di Spirito, Cláudio Miranda Pagano, Ronivaldo Robson do Nascimento Chaves, Guilherme Lisboa Tambasco e Daniele Rodrigues de Souza.

Durante a reunião, foi estabelecida como meta a apresentação, na maior brevidade possível, de proposta de Deliberação que conterà o regulamento relacionado à aplicação do instituto da arbitragem pela DPMG.



Os componentes da comissão destacam que foi dado o primeiro passo na direção da efetiva concretização da utilização desse importante meio alternativo de solução de conflitos por todos os defensores públicos.

Defensoria Pública-Geral propõe Ação Rescisória

No dia 29 de outubro, a Defensoria Pública Geral, por sua assessoria jurídica-institucional, propôs ação rescisória em face do Ministério Público do Estado de Minas Gerais e do Estado de Minas Gerais (processo nº 1.0000.14.085.879-6/000), com o intuito de desconstituir acórdão proferido nos autos do processo nº 050806002470-2, originário da Comarca de Piranga/MG.

Em dito processo, o Ministério Público do Estado de Minas Gerais pleiteou que fosse instalada a Defensoria Pública naquela comarca. Após regular tramitação, com sentença e acórdão favoráveis à designação de Defensor Público para atuar, em regime de cooperação, na Comarca de Piranga/MG, o MPE promoveu execução de sentença, para fins de cumprimento da obrigação de fazer, além da cobrança de multa consolidada (*astreintes*) de R\$ 600.000,00.

O assessor jurídico-institucional da DPG, Dr. Cláudio Pagano, explica que, na ação rescisória, foram apontadas inúmeras infrações à lei, dentre as quais as pertinentes à autonomia da Defensoria Pública, da necessidade de observância de litisconsórcio necessário no feito em que foi proferido o acórdão rescindendo, de ofensa ao princípio da demanda e outras.

O Desemb. Relator na ação rescisória (Jair Varão, da 3ª Câmara Cível), em juízo de cognição sumária, acatou os argumentos contidos na exordial e **concedeu a medida liminar pleiteada**, concernente na imediata suspensão da produção de efeitos da decisão rescindenda e na consequente determinação de suspensão do processo de execução de sentença nº 0002405-15.2014.8.13.0500.

ENTREGA DAS AGENDAS 2015

Tendo em vista a necessidade de planejar, com maior antecedência, as ações do próximo ano, encontram-se disponíveis as agendas funcionais 2015. Os defensores em atuação na Capital podem retirá-las no Almoarifado, localizado na Unidade I (8º andar), com Antônio, das 08h às 18h. Para os defensores em atuação no interior as agendas serão encaminhadas pelos Correios. Mas aqueles que se encontrarem em visita à Capital podem retirá-las no Almoarifado.



Sustentação oral da DPMG emociona desembargadores

No dia 04 de novembro a Defensoria Pública, através da Desits Cível, com a Defensora Pública Maria Angélica Feliciano Barreiros, esteve presente no Tribunal de Justiça para realizar importante sustentação oral.

O caso se trata de uma ACP proposta pelo Defensor Público de Passa Quatro, Dr. Antônio Carlos Brugni Velloso, que pretendia importante regularização fundiária no município, posto que grande parte dos bairros da cidade, notadamente carentes, não possuíam a regularização necessária por não se enquadrarem na lei de parcelamento urbano.

Na referida ACP o Ministério Público, ao ser intimado, arguiu a ilegitimidade ativa da Defensoria Pública. Em sentença, o juiz de primeira instância incluiu o MP na lide, como autor, num tipo de “litisconsórcio ativo obrigatório”, bem como afastou a preliminar de ilegitimidade da DP para, no mérito, dar total provimento a demanda.

O Ministério Público recorreu pleiteando sua retirada do polo ativo da lide, bem como o reconhecimento da ilegitimidade da Defensoria Pública para a ACP, com a consequente extinção do feito sem julgamento de mérito.

Na sustentação oral foi defendida a legitimidade ativa ampla da DP para a ACP, posto que em que pese o pacífico reconhecimento, hoje, de que a Defensoria Pública é legitimada para a propositura da Ação Civil Pública, muito tem-se discutido acerca da legitimidade temática da instituição.

Foi defendido que o controle temático acerca da legitimidade da DP deve ser positivo, para qualquer tipo de direito que tutele pela via coletiva, seja difuso, coletivo propriamente dito ou dos direitos individuais homogêneos, tendo em vista: a) a ampliação do conceito de necessitados, que alcançaria os necessitados organizacionais; b) o reconhecimento da relevância social, intrínseco nas demandas coletivas e; c) a viabilidade das demandas coletivas propostas pela Defensoria Pública quando alcançasse categoria, classe ou membros hipossuficientes, posto que haveria, então, o cumprimento do papel precípua da DP.



Defensor público em Passa-Quatro, Antônio Carlos Brugni Velloso; defensora pública Maria Angélica Feliciano Barreiros, da Desits-Cível; prefeito de Passa Quatro, Paulo José de Almeida Brito e o oficial do Registro Imobiliário, João Arthur Siqueira da Silva Costa

A presença da Defensoria Pública em sustentação oral foi largamente elogiada, merecendo manifestação de todos os Desembargadores presentes no julgamento, pontuando os i. Desembargadores acerca da necessidade da Defensoria se apresentar aquele Tribunal para se fazer mais conhecida e alcançar o reconhecimento pretendido pela instituição. Ressalte-se que o Des. Geraldo Augusto, que não participou do julgamento, pediu a palavra para marcar a importância da apresentação, posto que o tema está sendo recorrente no Tribunal e que a sustentação lhe aproveitaria a um caso de sua relatoria.

Ao final, o resultado do julgamento foi pelo provimento parcial do recurso do Ministério Público, tão somente para retirá-lo da lide, reconhecendo-se a legitimidade da Defensoria Pública no manejo da ACP, para, então, no mérito, em reexame necessário, confirmar a sentença.

Estiveram presentes na sustentação oral o Defensor Público de Passa Quatro, o Prefeito de Passa Quatro que concordou e apoiou a demanda, bem como o oficial do registro imobiliário de Passa Quatro, também apoiador do feito.



Defensor público em Passa-Quatro, Antônio Carlos Brugni Velloso, acompanhado do prefeito de Passa Quatro, Paulo José de Almeida Brito e do oficial do Registro Imobiliário, João Arthur Siqueira da Silva Costa, visitaram a DPMG, onde foram recebidos pela defensora geral, Christiane Procópio e pela chefe de gabinete, Maria Elizabeth Vitral Amaro

Seminário discute futuro da instituição no país, após a aprovação da EC 80

Em seminário promovido pelo Condege, Conselho Nacional dos Corregedores Gerais, Anadep, Defensoria Pública de São Paulo e Associação Paulista de Defensores Públicos (Apadep), foi debatido o novo desenho constitucional da Defensoria Pública, a partir da promulgação da Emenda Constitucional nº 80/2014 – que fixa prazo de oito anos para que a União, os Estados e o Distrito Federal dotem todas as comarcas de defensores públicos.

Por Minas Gerais, participaram, a defensora pública geral, Christiane Neves Procópio Malard, o corregedor geral da DPMG, Ricardo Sales Cordeiro e os assessores da Defensoria Geral, Nikolas Stefany Katopodis de Macedo, Gério Patrocínio Soares e Maria Valéria Valle da Silveira e da Corregedoria Geral, Diego Souza Ramos.

Ao final do encontro, foi assinada uma carta de compromissos com sete pontos alcançados, em consenso.



Patricia Kettermann, presidente da Anadep e a Defensora geral, Christiane Malard

COMPROMISSOS FIRMADOS

- 1) A emenda Constitucional nº 80 reafirmou, no plano constitucional, a independência, a unidade da Defensoria Pública no Brasil, inclusive com a alteração da sua posição topográfica na Seção IV do Capítulo IV do Título IV da Constituição Federal;
- 2) A aplicabilidade imediata da Emenda Constitucional nº 80, de 04 de junho de 2014, estabelecendo para os novos concursos para ingresso na carreira os exatos termos do disposto no art. 93, I, da Constituição Federal;
- 3) Até que seja editada lei própria, deverá o conceito de atividade jurídica ser regulamentado pelo respectivo Conselho Superior de cada Defensoria Pública;
- 4) A iniciativa de lei conferida pelo texto constitucional às Defensorias Públicas decorre tanto do art. 96, II, quanto do caput do art. 93 da Constituição Federal;
- 5) A Emenda Constitucional nº 80/2014 assegurou simetria entre as carreiras da Defensoria Pública e da Magistratura;
- 6) Os Colegiados e as Associações de Classe devem pautar suas atuações em prol de ações colaborativas, que venham a fortalecer os princípios institucionais da Defensoria Pública e a valorização de seus membros;
- 7) Fica criada a Comissão Permanente de Defensores Públicos, composta pelo CONDEGE, pela ANADEP, pela ANADEF e pelo Colégio Nacional de Corregedores-Gerais, para discussão da uniformização das diretrizes estabelecidas pela Emenda Constitucional nº 80/2014, cuja pauta e calendário de reuniões serão definidos pelas Presidências das entidades que a compõem.

Coordenadoria de Projetos e Convênios | CooproC

Proposta de convênio – Foi apresentada, em outubro, uma proposta junto à Secretaria de Reforma do Judiciário do Ministério da Justiça para celebração de convênio para execução de projeto junto à População em Situação de Rua. A resposta está sendo aguardada para o próximo mês.

Defensoria Itinerante – Em novembro, a CooproC fará consulta aos coordenadores locais e regionais acerca do interesse e disponibilidade em realizar atendimentos itinerantes nos Municípios que não são sede de Comarca. O objetivo da assistência pelo micro-ônibus é aproximar a população dos serviços da DPMG.

Dia do Servidor Público na Defensoria Pública

Mais uma vez as festividades do Dia do Servidor Público na DPMG foram um sucesso. As comemorações aconteceram no dia 30 de outubro, em parceria com o Sesc-Minas e com o apoio da Adep-MG, Secretaria de Estado da Saúde, Amagis, Sincor-MG, Instituto Estrada Real, Mary Kay e Banco do Brasil.

Neste dia, a Unidade I contou com a presença de filhos e netos de servidores e Defensores, que participaram das atividades de lazer e integração, oficinas artesanais e consultoria de beleza e técnicas de maquiagem.

No dia 29 de outubro houve atendimento no micro-ônibus da DPMG, que ficou em frente à Unidade I. A defensora pública Samantha Villarinho Melo Alves, coordenadora Defensoria Especializada de Defesa da Mulher Vítima de Violência, realizou, ainda, palestra sobre violência doméstica aos assistidos do atendimento

Outro destaque foi a Feira de Artesanato da DPMG, onde os produtos comercializados foram confeccionados pelos servidores.

No encerramento das atividades no dia 30 de outubro, uma cerimônia marcou a entrega dos certificados do “Servidor Destaque 2014” da Capital e das unidades do interior do Estado, além de uma homenagem póstuma ao servidor José Paulino de Almeida. Também foram sorteados brindes doados pelos apoiadores da iniciativa.

Outubro Rosa – Dentro da campanha mundial de prevenção ao câncer de mama, a Unidade I permaneceu iluminada, durante todo o mês, com o tom de rosa para mostrar a importância dessa luta.

No dia 28 de outubro, agentes da Secretaria de Estado da Saúde estiveram na sede da Defensoria Pública para distribuição de folhetos explicativos sobre a necessidade da realização da mamografia.



Filhos e netos de servidores e Defensores também participaram das atividades de lazer e integração, realizadas pelo Sesc/Senac

Defensora Liliane Duarte Brant, da Família (ao lado da DPG), presta atendimento no micro-ônibus



DPMG promove o 1º Seminário Criminal

No dia três de outubro, foi realizado o 1º Seminário Criminal da Defensoria Pública do Estado de Minas Gerais (DPMG), no auditório da Unidade I. Bastante concorrido, o evento contou com a participação de defensores, servidores, estagiários e comunidade jurídica.

De iniciativa da coordenação da área Criminal da Capital e da Coordenadoria de Capacitação, o encontro teve como principais objetivos o debate sobre temas pertinentes à área e a capacitação dos defensores públicos em atuação na seara criminal.

Durante o seminário, que contou com três palestras, os defensores públicos Flávia Marcelle Torres Ferreira de Moraes, Fernando Martelletto Campelo e Rodrigo Zamprogno atuaram como debatedores e o coordenador da área Criminal da Capital, João Paulo Torres Dias, fez o papel de mediador.

A palestra inaugural, “Execução Penal no Brasil – Desafios e Soluções”, foi proferida pelo Presidente da Associação dos Magistrados Mineiros (Amagis), ex-presidente do Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária do Ministério da Justiça e



vice-presidente do Instituto de Ciências Penais, desembargador Herbert José Almeida Carneiro.

Em seguida, o promotor de Justiça, professor e mestre em Ciências Penais, Franklin Higino Caldeira Filho, apresentou a palestra “A atuação dos órgãos da execução penal e a prescrição da pretensão punitiva”. O promotor apresentou as correntes doutrinárias e as decisões jurisprudenciais sobre o tema.

Por último, o defensor público do Estado de São Paulo, Carlos Weis, discorreu sobre a importância da atuação deste profissional no combate à tortura em sua palestra “A Defensoria Pública em defesa das pessoas contra a tortura no Brasil”.



Capacitação do pessoal do atendimento

No dia 03/10/2014, a DRH, juntamente com o Gabinete Militar, realizou um treinamento para nove funcionários da 1ª Turma de recepcionistas e porteiros das Unidades I e II desta DPMG, com o objetivo de propiciar aos treinandos, conhecimento e vivência dos fundamentos do processo de interação humana e das premissas que envolvem a segurança institucional.

Em continuidade ao treinamento, uma nova turma será agendada para os próximos dias.

Outras atividades do CCap

Direito e Cinema – O filme “Minority Report” (2002) abriu o primeiro debate jurídico e filosófico dentro do projeto Direito e Cinema, que aconteceu na Unidade I da Defensoria Pública de Minas Gerais. Depois da exibição, a trama principal da história serve para troca de conhecimento jurídico e reflexão sobre valores e virtudes do ser humano.

Cursos de Capacitação e Educação em Direitos para servidores – Ainda no mês de outubro, iniciou-se a capacitação de servidores do atendimento da capital, com vários temas práticos do Direito, mais recorrentes nos trabalhos diários da Instituição, apresentados por defensores em formato de bate-bapo. Foi realizada também a primeira etapa de capacitação dos porteiros e recepcionistas (*veja matéria ao lado*).

“Cuidados para a Compra da Casa Própria” – Com esta temática, o defensor público Dr. Daniel Firmato abordou o assunto de forma simples para os assistidos que aguardavam atendimento nas unidades I e II da capital. Esta foi a terceira palestra na série Consumidor dentro do Projeto Sala de Espera.

>> Fique atento à programação da CCap, que se encontra no site da Defensoria na seção “Corpo Gestor”.



Campanha de conscientização



A Defensoria Pública do Estado de Minas Gerais, pelo segundo ano consecutivo, adere à campanha “Novembro Azul”, que visa chamar atenção, diretamente, para a realidade atual do câncer de próstata em Minas e a importância do diagnóstico precoce. Assim como outros prédios públicos, privados, monumentos em geral, a iniciativa de iluminar a Unidade I da DPMG na Capital com o tom de azul tem o sentido de mostrar, de modo masculino, a importância dessa luta.

CONVITE

Lançamento: Crônicas Jurídicas

No dia 13 de novembro, na sede da Imprensa Oficial em Belo Horizonte, ocorrerá o lançamento do livro *“Contos e Crônicas - Audiências na Imprensa Oficial, Volume I – 2014”*, contendo compilação de casos envolvendo situações jurídicas inusitadas vividas por operadores do Direito (Defensores Públicos, Advogados, Juízes, Promotores etc).

Os Defensores Públicos Drs. Christiane Neves Procópio Malard, Cláudio Miranda Pagano, Diana de Lima Prata Camargos e Cirilo Augusto Fiuza Saldanha de Vargas contribuíram para a consecução do livro, com o envio de textos de suas autorias que compoem a obra.



Reunião com o Secretário de Estado da Fazenda

Dia 28 de outubro a Defensora Pública-Geral reuniu-se com o Secretário de Estado da Fazenda, Sr. Leonardo Maurício Colombini Lima, para tratar de questões afetas ao custeio da DPMG.



Visita à Defensoria Pública do RJ

Em outubro, a Superintendente de Planejamento, Gestão e Finanças da DPMG, Vânia Maria Souza Melo Pinto da Cunha, e o Defensor Público Alexandre Henrique Oliveira Barbosa visitaram a Defensoria Pública do Rio de Janeiro, a fim de conhecer a gestão do Fundo Especial de aparelhamento daquela instituição.

Diretor do Foro da Capital visita a Defensoria Pública-Geral

O diretor do Foro de Belo Horizonte, juiz de Direito Cássio Azevedo Fontenelle, esteve na Defensoria Pública de Minas Gerais na tarde do dia 02 de outubro de 2014. Ele foi recebido pela Defensora Geral Christiane Neves Procópio Malard e pelos assessores Diana de Lima Prata Camargos e Maria Valéria Valle da Silveira, além do coordenador criminal da Capital, defensor público João Paulo Torres.

O encontro, que teve como pauta a ampliação das salas de apoio da DPMG no Fórum Lafaiete, tratou ainda das alterações introduzidas pela LC135 na Lei de Organização e Divisão Judiciárias em Minas Gerais.



Reunião do CSDPMG

O Conselho Superior da Defensoria Pública se reuniu no dia 07 de novembro, para mais uma sessão ordinária. Somente este ano o colegiado se reuniu 18 vezes, sendo 11 reuniões ordinárias e sete extraordinárias. Neste período foram publicadas 21 deliberações do CSDPMG.



VISITAS AO GABINETE



• **DELEGADO FEDERAL MARCÍLIO MANFRE AFONSO**
Visita à Defensoria Pública-Geral para fins de apresentação e estabelecimento de auxílio mútuo entre as instituições.



• REUNIÃO COM ADEP-MG

No dia 28 de outubro, a Defensora Pública Geral, Christiane Neves Prócopio Malard; os assessores Institucionais, Nikolas Stefany Macedo Katopodis e Gério Patrocínio Soares; e a assessora de Planejamento e Infraestrutura, Maria Valéria Valle da Silveira, receberam o presidente da Adep-MG, Eduardo Cavalieri Pinheiro



• REGIONAL METROPOLITANA

A coordenadora regional Metropolitana da DPMG em Contagem, Cibele Cristina Maffia Lopes, esteve no gabinete no dia dois, reunindo-se com a DPG e os assessores Institucionais, Gério Patrocínio Soares e Diana de Lima Prata Camargos



• UNIDADE DE SETE LAGOAS

O coordenador local da Defensoria Pública em Sete Lagoas, Gilson Santos Maciel, foi recebido pela Defensora Pública Geral, Christiane Neves Prócopio Malard, e a assessora Institucional Diana de Lima Prata Camargos. A visita aconteceu no dia 21



• DEFENSORES PÚBLICOS DE IPATINGA

No dia 27, a DPG Christiane Prócopio, a chefe de gabinete, Maria Elizabeth Vitral Amaro, e o assessor Institucional, Gério Patrocínio Soares, receberam a visita dos defensores públicos em atuação em Ipatinga, Letícia Fonseca Cunha, Altair Pereira de Azevedo e Alexandre Heliodoro dos Santos



• REGIONAL NORTE

No dia 29, a coordenadora da Regional Norte, Maurina Fonseca Mota de Matos, esteve no gabinete da Defensoria Geral para tratar sobre assuntos pertinentes à regional